

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 32ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 25/02/2025, em Jundiá/SP.

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
AAP	João José Assumpção de Abreu Demarchi
ABCON	Ana Paula F. Abrahão
AEAS	Paulo Takeyama
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
	Paulo Roberto S. Tinel
	Maria das Graças Martini
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP - DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida
FIESP	Vilella
Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena (p/p Mylena N. R. Oliveira)
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
	Flávio Forti Stenico
FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
INEVAT	Francisco Antônio Moschini
Instituto Estadual de Florestas - IEF	Raquel Junqueira Costa (p/p Mylena N. R. Oliveira)
Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA	Mariana C. Souza S. Coelho (p/p Mylena N. R. Oliveira)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner
	Rodrigo Hajjar Francisco
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado (p/p Mylena N. R. Oliveira)
M. da Integração e do Desenv. Regional	Alexandre Saia
P.M. de Artur Nogueira	Lucas Sia Rissato (p/p Gabriela Montoya Fernandes)
P.M. de Americana	Francisco Antonio Sardelli (p/p Vitor H. Caires)
P.M. de Cabreúva	Noemi Medeiros Bernardes (p/p Gláucia Cristiane de Sousa)
P.M. de Camanducaia	Giovanna Caldeira de Souza
P.M. de Campinas	Manuelito Pereira Magalhães Junior (p/p Marco A. dos Santos)
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M de Iracemápolis	Nelita Cristina Michel Franceschini (p/p Willian Ricardo Mantz)

P.M. de Itupeva	Rogério Cavalin (p/p Pedro Geraldo de Campos Neto)
P.M de Jaguariúna	David Hilario Neto (p/p Valdir Antonio Parisi)
P.M. de Jundiá	Gustavo Martinelli (P/P Martim de França Silveira Ribeiro)
P.M. de Limeira	Antonietta Mugnaini Polatto
P.M. de Louveira	Paulo Alberto Finamore (P/P Luis Roberto Fontes)
	Mateus Bento Batista Arantes
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Mombuca	Guilherme Mikhail Helan Dorelli
P.M de Pedreira	Fábio Vinicius Polidoro
P.M. de Piracaia	Fernanda Conceição de Oliveira
P.M. de Piracicaba	Tiago de Mattos Seydell
P.M. de Salto	José Geraldo Garcia (p/p Alessandro De Genaro Dario)
P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Rafael Piovezan (p/p Laerson Andia Junior)
SABESP	Caroline Governatori
	Dário Julio Silveira Peçanha (p/p Sônia Maria Mitri Succar)
Sec. da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Sec. de Agricultura e Abastecimento	Denis Herisson da Silva
Sec. de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais	Hélio João de Farias Neto (p/p Mylena N. R. Oliveira)
SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro
SINDÁGUA	Adilson Ramos de Souza
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin (p/p Mylena N. R. Oliveira)
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (p/p Melissa P. Lucheti Sampaio)
SP Águas	Felipe Gobet de Aguiar
USP	Tadeu Fabrício Malheiros

Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
CIESP - DR Piracicaba	Homero Scarso
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Rachel Landgraf de Siqueira
SIAESP	Bartira Elia
UNICA	André Elia Neto

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 32ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 25/02/2025, em Jundiaí/SP.

Ao vigésimo quinto dia do mês de fevereiro de 2025, no Auditório “Planeta Água”, da DAE Jundiaí, no município de Jundiaí/SP, foi realizada a 32ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1). Na ocasião foram registrados 107 (cento e sete) participantes, dentre os quais estavam representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada acima e do público em geral, registrados em livro de presença próprio. **1. Composição da mesa dirigente.** Após a recepção dos presentes, abertura da reunião e leitura da pauta pelo cerimonial, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Presidente do CBH-PJ1 e Presidente em exercício do PCJ FEDERAL; Sr. Marco Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Presidente em exercício do CBH-PCJ; Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Coordenador do GT-Cobrança e representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL); Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ; Sr. Fábio Vinicius Polidoro, Prefeito Municipal de Pedreira. **1.1. Abertura.** Dando início à reunião, os componentes da mesa tomaram seus lugares e todos foram convidados à solenidade de execução do Hino Nacional Brasileiro. **1.2. Saudações iniciais dos membros da mesa.** Na sequência, o cerimonial passou a palavra para todos os membros da mesa que fizeram suas saudações iniciais e desejaram uma ótima reunião. **2. Apreciação de minuta de deliberação que estabelece novos valores para as cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Cobranças PCJ) em corpos d'água de domínio do Estado de São Paulo e da União, altera mecanismos da Cobrança Federal, altera coeficientes ponderadores da**

Cobrança Paulista, e dá outras providências.

O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, realizou a contextualização do tema da deliberação, que trata da definição de novos valores para as cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, tanto para corpos d'água de domínio estadual quanto federal, e da proposta de alterações nos mecanismos da Cobrança Federal e nos coeficientes ponderadores da Cobrança Paulista. O Sr. Denis informou que a minuta de deliberação em análise também inclui, em seu Anexo IV, o relatório técnico do estudo de fundamentação da revisão das cobranças paulista e federal. Após breve introdução, o Sr. Denis solicitou o apoio do Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Coordenador do Grupo de Trabalho de Cobrança (GT-Cobrança) e representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), para realizar uma breve apresentação sobre o tema. O Sr. André, iniciou sua exposição detalhando o processo de revisão dos valores e mecanismos da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ. O Sr. André explicou que este processo teve início em 2020, atendendo a determinação do CNRH de 2018, que estabeleceu a necessidade de revisão dos valores até junho de 2021, com posteriores prorrogações de prazo até junho de 2025 devido à pandemia e outras circunstâncias excepcionais. O Sr. André destacou que a construção da proposta contou com amplo processo participativo, incluindo a realização de três oficinas técnicas entre 2023 e 2024, que reuniram representantes dos usuários de recursos hídricos, órgãos gestores estaduais e federais, além de representantes de comitês de bacias vizinhas. O Sr. André lembrou da contratação, em setembro de 2022, de empresa especializada para elaboração dos estudos técnicos de embasamento da revisão das Cobranças PCJ, e o intenso trabalho de aprimoramento realizado ao longo de 2024 através de reuniões mensais do GT-Cobrança. Em seguida, o Sr. André apresentou os quatro eixos centrais da proposta: o aumento de 30% nos valores da cobrança federal a partir de 2025, com reajustes anuais auferidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA nos anos subsequentes; o estabelecimento de um

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 32ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 25/02/2025, em Jundiaí/SP.

cronograma de quatro anos para equiparação progressiva dos valores da cobrança paulista aos valores da Cobrança Federal; a simplificação dos coeficientes de cálculo, com destaque para a exclusão do coeficiente Kméd extra; e a garantia de que todos os recursos adicionais arrecadados serão direcionados ao financiamento das ações prioritárias definidas no Plano de Bacias 2020-2035. O Sr. André apresentou ainda as projeções detalhadas de arrecadação, demonstrando que os valores incrementais evoluirão de 2,6 milhões de reais em 2026 para 9 milhões de reais em 2035 no âmbito federal, e de 6 milhões de reais em 2026 para 21 milhões de reais em 2029 no âmbito estadual. O Sr. André detalhou que esses recursos, permitirão financiar cerca de 9% do total estimado para as obras prioritárias de saneamento básico na região, que somam aproximadamente 3 bilhões de reais. Para concluir, o Sr. André enfatizou os mecanismos de transparência implementados durante o processo, incluindo a disponibilização de simulador para cálculo dos impactos nos diferentes usuários, e reafirmou o compromisso com o aprimoramento contínuo dos instrumentos de gestão. Finalizada a apresentação, o Sr. Denis Herisson, fez uso da palavra, solicitando uma salva de palmas em reconhecimento ao trabalho realizado pelo Sr. André Luiz e por todo o Grupo de Trabalho de Cobrança (GT-Cobrança). O Sr. Denis ressaltou o esforço e a dedicação de todos os envolvidos, destacando que o processo não foi simples, e parabenizou a equipe pelos resultados alcançados. Na sequência, o Sr. Denis abriu a palavra para as manifestações dos presentes. A Sra. Caroline Governatori, representante da SABESP, reiterou as palavras do Sr. Denis e aproveitou para reforçar a solicitação de inclusão de três contribuições da SABESP, já encaminhadas previamente por meio do Ofício H-205/2025. Em seguida, o Sr. Denis, solicitou à Secretaria Executiva a projeção do Ofício H-205/2025, recebido em 24 de fevereiro de 2025. Informou que foi realizada uma análise preliminar das contribuições, em conjunto com o Sr. André. Na sequência, concedeu a palavra ao Sr. André para complementação dos esclarecimentos. O Sr. André, relatou que, após diálogo com a SABESP, avaliou como pertinentes as contribuições apresentadas, relacionadas às discussões da CT-PL sobre o mecanismo de abatimento diferenciado de pagamento e o indicador X4. Destacou que, a inclusão como recomendações é importante para a

continuidade dos debates sobre a regulamentação dos procedimentos de cobrança. Acrescentou que a alteração proposta ao corpo da deliberação contribui para fortalecer a transparência e o acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados, manifestando apoio às propostas. Na sequência, o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, fez uma breve introdução sobre o Sistema Integrado de Gestão das Águas (SIGA), desenvolvido pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), em atenção à recomendação da SABESP. O Sr. Sergio, destacou que as informações sobre a aplicação de recursos já são amplamente divulgadas nos relatórios de gestão anuais da Agência, mas ainda não há um sistema eletrônico que possibilite a visualização integrada desses dados. Informou que o SIGA, já é utilizado por três comitês federais e reúne todas as exigências da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) também do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), incluindo aspectos contábeis. O Sr. Sergio explicou que está em curso a formalização do uso do SIGA como sistema padrão entre as entidades delegatárias federais. Acrescentou que a Agência PCJ já iniciou a adequação dos dados aos moldes exigidos pelo sistema, priorizando os novos contratos, enquanto os antigos precisarão de digitalização manual. Ressaltou que um dos desafios é a compatibilização entre o SIGA e o Sistema de Informação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SinFEHIDRO), o que ainda está em avaliação. Concluiu afirmando que a Agência PCJ entende como prioridade a adoção do SIGA e trabalha para colocá-lo em funcionamento o mais breve possível, em alinhamento com as tratativas com a ANA. Na sequência o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de Andrade” (AAMHOR), destacou que o impacto da proposta na cobrança paulista foi significativamente maior em comparação à cobrança federal devido à ausência de mecanismos regulares de atualização no âmbito paulista desde a instituição da cobrança, ao contrário do modelo federal, que já previa reajustes anuais. Ressaltou que a proposta representa um avanço importante, especialmente em relação à diferenciação entre outorga máxima e outorgas livres na operação de reservatórios, o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 32ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 25/02/2025, em Jundiaí/SP.

210 que pode contribuir para mitigar judicializações. Por fim, o Sr. Miguel relembrou que o Plano das Bacias PCJ estimava a necessidade de arrecadação de cerca de 7 bilhões de reais até 2030, meta ainda distante diante dos valores atuais acumulados, que
215 se aproximam de 900 milhões de reais. Em seguida, o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da CIESP – DR Indaiatuba e FIESP, destacou que os Comitês PCJ, ao aprovarem a deliberação, propõem aos CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) a criação de um novo mecanismo. Reforçou que, a Deliberação CRH nº 180/2015 está em revisão, o que pode impactar o processo. O Sr. Alexandre também mencionou que o CNRH e a sua Câmara Técnica de Cobrança estão retomando suas atividades, e ressaltou a importância do esforço coletivo nas instâncias envolvidas. O Sr. Alexandre finalizou lembrando que, além dessa etapa, ainda existem outras fases a serem cumpridas, incluindo o decreto do Governador, e onde os Prefeitos têm papel crucial nesse processo. Na sequência o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ afirmou que esta data deve ser reconhecida e destacou que o plano elaborado se mostrou tecnicamente consistente, mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, salientou ainda que os Comitês PCJ cumpriram os compromissos assumidos com a ANA. O Sr. Francisco registrou agradecimentos ao Sr. André pela condução técnica e eficiente do processo, sucedendo o trabalho anteriormente iniciado pelo Sr. Luiz Roberto Moretti. Ressaltou que a atuação integrada das coordenações e equipes técnicas permitiu a continuidade dos trabalhos dentro dos padrões de articulação e construção institucional dos Comitês PCJ. O Sr. Francisco finalizou destacando que a forma de atuação dos Comitês PCJ, reflete a realidade de uma região que convive historicamente com o estresse hídrico e que, por isso, desenvolveu mecanismos resilientes e inovadores de gestão para assegurar a disponibilidade hídrica e a segurança da população. Na sequência o Sr. José Rodolfo Penatti, representante da Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba (AFOCAPI) expressou dúvidas sobre as regras aplicadas ao uso de recursos hídricos na área rural, questionando o impacto dos novos valores propostos e quais seriam estes valores. O Sr. André esclareceu que,
260 como ocorrerá com outros usuários, haverá um aumento de 30% no preço básico. Informou que,

no sistema estadual paulista, ainda não há cobrança para irrigantes. O Sr. André reiterou que o preço final dependerá das características de cada uso, destacando que, mesmo com o reajuste, os mecanismos adotados podem resultar em redução para alguns setores. O Sr. Sergio Razera complementou ressaltando que a cobrança federal incidirá apenas sobre os usuários de irrigação em rios de domínio federal. Informou que os demais usuários, pagam valores entre 30 e 40 reais por ano considerando assim o reajuste plenamente viável tecnicamente. Em resposta Sr. José Rodolfo comentou que, mesmo
275 considerando a inflação, o aumento de 30% é significativo, especialmente para o uso industrial, e perguntou como ficaria o impacto nesses casos. Sr. Sergio pontuou que é importante considerar a base de cálculo do aumento. O Sr. Sergio reforçou que simulações já foram feitas, demonstrando que os aumentos não comprometem os custos de produção nem o produto final ao consumidor, ainda salientou que todos os aspectos foram analisados e debatidos, além de o reajuste possuir caráter progressivo. Na sequência o Sr. André acrescentou que o processo contou com cerca de 10 a 12 reuniões envolvendo representantes dos setores mais impactados, como o industrial e o rural. Sr. André ainda destacou a atuação do Sr. André Elia, representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA) que contribuiu com sugestões para reduzir o coeficiente proposto pela ANA, priorizando o setor rural, enfatizou que as discussões buscaram o entendimento com os principais pagadores, e o processo está relativamente pacificado. Em seguida, o Sr. Laerson Andia Júnior, representante da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste considerou o momento histórico, reconhecendo a complexidade do tema que, embora o aumento cause impacto, é necessário diante da escassez de água na região, marcada por alta densidade populacional. O Sr. Laerson destacou que situações como essa devem motivar o uso racional dos recursos hídricos, por meio da otimização de processos e da redução de perdas, fazendo uma analogia com o aumento do preço do petróleo nas décadas de 1960 e 1970, que impulsionou inovações na indústria automotiva. O Sr. Laerson finalizou parabenizando o grupo pelo alto nível técnico e reforçou que o reajuste deve ser visto como uma

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 32ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 25/02/2025, em Jundiaí/SP.

315 motivação para evolução e avanços na gestão dos
recursos hídricos. Na sequência o Sr. Marco
Antonio dos Santos, representante da Associação
Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
(ASSEMAE) e Presidente em exercício do CBH-
PCJ agradeceu as manifestações e reforçou que
320 diversos municípios, como Campinas, estão
trabalhando para reduzir perdas de água e que o
mecanismo de reajuste é uma das formas de
induzir esse controle. Destacou que o aumento
gera um incentivo à eficiência e ao uso consciente
325 dos recursos. O Sr. Marco Antonio, citou que o
município de Campinas registrou, no mês anterior,
um índice de perda de apenas 16%, um dos
menores do país. Reforçou que, embora os
municípios estejam em diferentes estágios de
330 evolução nesse processo, todos têm buscado
aprimorar suas ações e encerrou sua fala
solicitando o apoio de todos os membros na
aprovação da proposta. Em seguida, o Sr. Denis,
informou que, no processo de votação da revisão
335 da cobrança e de seus mecanismos, havendo
qualquer manifestação contrária ou abstenção,
seria necessário realizar votação nominal com
cálculo dos pesos de cada segmento (Estado,
Municípios e Sociedade Civil) conforme os
340 regimentos e estatuto das três instâncias
envolvidas: CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-
PJ1. A seguir, o Sr. Denis perguntou previamente
aos presentes se alguém se posicionaria de forma
diversa à aprovação da minuta em tela, momento
345 que o Sr. José Rodolfo Penatti (AFOCAPI) se
manifestou e assim foi desencadeando o processo
nominal de votação e de seus respectivos pesos.
Na sequência, o Sr. Denis solicitou o apoio da Sra.
Vanessa Longato, Coordenadora de Apoio ao
350 Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da
Agência das Bacias PCJ, para apresentar a
sistemática de pesos aplicável a cada um dos
comitês. A Sra. Vanessa esclareceu que, no âmbito
do CBH-PCJ, a distribuição do peso dos votos
355 segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Estadual
Paulista nº 12.183 de 29/12/2005. A Sra. Vanessa
detalhou que de acordo com a legislação, os votos
são ponderados entre os segmentos, cabendo aos
Órgãos Governamentais 30% do total, aos
360 Municípios mais 30% e à Sociedade Civil
composta por representantes de usuários de
recursos hídricos e de organizações civis os 40%
restantes. A Sra. Vanessa reforçou que para que
uma deliberação seja aprovada, exige-se a
365 obtenção de maioria ponderada, o que corresponde

a 50% mais um do total dos votos atribuídos. Na
sequência a Sra. Vanessa explicou que para o
PCJ FEDERAL, segue-se a legislação federal
referente a resolução CNRH nº 48, de
370 21/03/2005 onde, os votos têm peso igualitário
entre os segmentos que o compõem, ou seja,
Estado, Municípios e Sociedade Civil possuem
cada um terço do peso decisório, sendo
necessária a maioria simples, equivalente a 50%
375 mais um dos votos, para a aprovação. A Sra.
Vanessa explicou que, no CBH-PJ1, aplica-se a
sistemática definida pelo Decreto Estadual
Mineiro nº 48.160 de 24/03/2021, onde os votos
são distribuídos de forma igualitária entre os
380 quatro segmentos que compõem o Comitê,
cabendo a cada um deles 25% do peso total. A
Sra. Vanessa esclareceu que para que uma
decisão seja aprovada nesse âmbito, é exigida a
obtenção de 50% mais um dos votos válidos. A
385 Sra. Vanessa informou ainda que a votação seria
realizada por segmento, sendo considerado
apenas o voto do titular presente, com exclusão
automática do suplente, caso também estivesse
presente. Reforçou que, na ausência de
390 representantes de determinado segmento, o
respectivo voto seria considerado nulo para fins
de apuração. Por fim, a Sra. Vanessa informou
que foi elaborada uma planilha para
acompanhamento dos percentuais de votação,
395 contendo os pesos atribuídos aos votos e o
resultado detalhado da apuração. Destacou que a
planilha foi desenvolvida em conformidade com
os dispositivos legais vigentes e que seria
anexada ao relatório de fundamentação da
400 deliberação correspondente. Na sequência, o Sr.
Denis colocou a proposta em votação aos
membros do CBH-PCJ, que foi aprovada por 24
(vinte e quatro) votos a favor, correspondente a
95,3 % dos votos (SEMIL, Secretaria da Saúde,
405 Secretaria de Agricultura e Abastecimento, SP-
ÁGUAS, P.M. de Piracicaba, P.M. de
Americana, P.M. de Salto, P.M. de Louveira,
P.M. de Campinas, P.M. de Jundiaí, P.M. de
Holambra, P.M. de Santa Bárbara d'Oeste,
410 Fórum das Américas, AEAS, USP, IPSA-C,
INEVAT, AAMHOR, AAP, Consórcio PCJ,
ASSEMAE com 3 (três) votos, FIESP e
Sindicato Rural de Rio Claro) e 1 (um) voto
contrário (AFOCAPI), correspondente a 4,7 %
415 dos votos. Após, o Sr. Denis colocou a proposta
em votação aos membros do CBH-PJ1, que foi
aprovada por 7 (sete) votos a favor

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 32ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 25/02/2025, em Jundiaí/SP.

correspondente a 100% dos votos (SEAPA, IMA, P.M. de Camanducaia, Circuito Serras Verdes, SINDÁGUA, Melhoramentos Florestal, FIEMG). Após, o Sr. Denis colocou a proposta em votação aos membros do PCJ FEDERAL, que foi aprovada por 38 (trinta e oito) votos a favor, correspondente a 97,44 % dos votos (SEMIL, Secretaria da Saúde, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, SEAPA, IMA, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, P.M. de Piracicaba, P.M. de Americana, P.M. de Salto, P.M. de Louveira, P.M. de Campinas, P.M. de Jundiaí, P.M. de Holambra, P.M. de Santa Bárbara d'Oeste, P.M. de Camanducaia, Fórum das Américas, AEAS, USP, IPSA-C, INEVAT, AAMHOR, AAP, Consórcio PCJ, Circuito Serras Verdes, SABESP com 2 (dois) votos, ASSEMAE com 3 (três) votos, ABCON, FIESP, CIESP - DR Indaiatuba, CIESP - DR Campinas, CIESP - DR Limeira, Sindicato Rural de Rio Claro, Sindicato Rural de Limeira, Melhoramentos Florestal e FIEMG) e com 1 (um) voto contra (AFOCAPI), correspondente a 2,56 % dos votos. Encerrada a contagem, foi aprovada a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 498/25, que estabelece novos valores para as cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Cobranças PCJ) em corpos d' água de domínio do Estado de São Paulo e da União, altera mecanismos da Cobrança Federal, altera coeficientes ponderadores da Cobrança Paulista, e dá outras providências, no âmbito dos três Comitês — CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1 — conforme os pesos e critérios de votação estabelecidos para cada instância. O Sr. Denis informou, ainda, que a proposta aprovada seria encaminhada ao CRH para análise e manifestação; ao CNRH para apreciação; aos prefeitos e municípios que integram os Comitês PCJ para ciência e adoção das devidas providências; aos usuários de recursos hídricos, públicos e privados, cadastrados na Agência das Bacias PCJ, também para ciência e eventuais providências; e, por fim, à ANA, a quem caberá a implementação das medidas previstas, após aprovação pelo CNRH. Na sequência o Sr. Sergio, agradeceu a todos os envolvidos pelo intenso processo de construção da proposta, destacando o aprendizado coletivo e o esforço para simplificação dos mecanismos da cobrança. O Sr. Sérgio reforçou a importância da unidade entre as entidades também nos CRH e CNRH, uma vez que

os próximos passos envolvem discussões sobre o Plano Plurianual de Aplicação (2026–2030) e a renovação do contrato de gestão com a ANA. Na sequência, o Sr. Alexandre Saia, representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, ressaltou os desafios enfrentados pelo CNRH, atualmente em fase de reinstalação e com pautas represadas. O Sr. Alexandre reafirmou o compromisso do Governo Federal em dar celeridade à tramitação da proposta. Após não havendo mais manifestações o Sr. Denis deu sequência a reunião. **3. Apreciação de minuta de deliberação que indica representante dos municípios do CBH-PCJ na Plenária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, conduziu a apresentação da minuta de deliberação que indica representante dos municípios do CBH-PCJ na plenária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRH). Durante sua fala, o Sr. Denis esclareceu que a minuta propõe a indicação do representante dos municípios paulistas no CRH para o décimo primeiro grupo: Piracicaba, Capivari e Jundiaí e Sorocaba / Médio Tietê, com vigência para o biênio 2025/2027. O Sr. Denis destacou que essa indicação está sendo realizada na data da presente reunião, em atendimento à solicitação da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi), que requisitou a definição do representante dos municípios da UGRHI-5, até o dia 21 de março de 2025. Segundo o Sr. Denis, a reunião de posse da nova diretoria dos Comitês PCJ, marcada para o dia 28 de março de 2025, seria, tradicionalmente, o momento para deliberações dessa natureza. No entanto, ele alertou que qualquer alteração na data da referida reunião impactaria diretamente os prazos definidos em deliberação que regulamenta o calendário do processo eleitoral em curso. O Sr. Denis pontuou que, diante dessa situação, e para assegurar o cumprimento do cronograma eleitoral, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, em conjunto com sua diretoria, optou por incluir o tema da indicação na pauta da presente reunião — originalmente destinada à discussão da revisão das Cobranças PCJ. Ao final de sua

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 32ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 25/02/2025, em Jundiaí/SP.

explanção, o Sr. Denis informou que, após tratativas internas da Secretaria Executiva e consulta ao atual representante dos Comitês PCJ no CRH, Sr. Rafael Piovezan, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, foi acordada sua reindicação. Segundo o Sr. Denis, essa decisão garantirá a continuidade da representatividade dos Comitês PCJ nas instâncias do CRH, além de fortalecer as articulações institucionais necessárias para o avanço das pautas em debate, em especial a revisão das Cobranças PCJ. Finalizada a apresentação, o Sr. Denis abriu a palavra para manifestação dos presentes, e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 499/25 que indica representante dos municípios paulistas no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – CRH-SP para o 11º Grupo: Piracicaba, Capivari e Jundiaí e Sorocaba/Médio Tietê, para o biênio 2025/2027, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada para publicação. **4. Lançamento do novo site dos Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que está em andamento o desenvolvimento de um novo site dos Comitês PCJ, com o objetivo de modernizar a plataforma atual, que foi criada em 2012 e, ao longo do tempo, se tornou obsoleta e pouco amigável para o público em geral. Segundo o Sr. Denis, o novo site está sendo desenvolvido desde 2024 por meio de um projeto conduzido pela Agência das Bacias PCJ e pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. A proposta é incorporar tecnologias modernas e responsivas, garantindo um acesso mais intuitivo e acessível para todos os públicos, especialmente os que não estão familiarizados com a estrutura dos Comitês PCJ, sem prejudicar a navegação dos usuários habituais. Na sequência, o Sr. Denis solicitou o apoio do Sr. Tiago Georgette, Assessor Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ, sob responsabilidade da Sra. Vanessa Longato, para realizar uma breve apresentação sobre o novo site. O Sr. Tiago explicou que a proposta do novo site é facilitar o acesso às informações e incorporar novas tecnologias, possibilitando sua navegação tanto por computadores quanto por dispositivos móveis. Segundo o Sr. Tiago, a construção do site foi

orientada por duas diretrizes principais, solicitadas pela Diretoria da Agência PCJ e pela Diretoria dos Comitês: (i) manter a familiaridade para os usuários habituais, especialmente os participantes das Câmaras Técnicas; e (ii) tornar a navegação mais intuitiva para os novos usuários. O Sr. Tiago destacou que a página inicial traz um *slide show* com banners que divulgam concursos, eventos, principais relatórios e convocações para reuniões plenárias. Abaixo dessa seção, foram incluídos acessos rápidos às agendas das reuniões, considerando que os membros dos Comitês PCJ consultam frequentemente essa informação. Também foram incluídas seções dedicadas a licitações, visando à transparência contratual com a ANA, e ao “*News Comitês*”, que reúne registros das reuniões realizadas pelas estâncias dos Comitês e conta com a Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ. Segundo o Sr. Tiago, a estrutura das páginas das Câmaras Técnicas foi mantida com formato semelhante ao anterior, incluindo agendas, atas, atribuições e composições históricas, de modo a preservar a familiaridade e facilitar o acesso à informação. Ressaltou que os principais documentos, como o Plano de Bacias, estarão acessíveis com breves descrições e links diretos para consulta do conteúdo atual e dos históricos. O Sr. Tiago mencionou ainda a criação de uma seção de perguntas frequentes elaborada com base nos questionamentos mais recorrentes recebidos pela Secretaria Executiva e demais profissionais da Agência PCJ. Essa seção tem o objetivo de esclarecer dúvidas comuns sobre a estrutura dos Comitês, a chamada “*Família PCJ*”, e os processos internos. Na parte superior do site, o Sr. Tiago explicou que o menu principal foi estruturado para facilitar o acesso aos conteúdos mais consultados, como a composição dos Comitês, deliberações, atas de plenárias e informações sobre as Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho (GTs). Informou que, por exemplo, com o advento da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais, o histórico da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) foi mantido, assim como o formato padronizado de todas as demais CTs e GTs, com agendas, atas, atribuições e memórias técnicas aprovadas. Por fim, o Sr. Tiago informou que o novo site ainda está em fase de implantação e que, neste primeiro

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 32ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 25/02/2025, em Jundiaí/SP.

630 momento, o site anterior continuará acessível por meio de um dos banners da nova página. Reforçou que essa transição visa permitir uma adaptação gradual dos usuários e sugeriu que eventuais sugestões de melhoria sejam encaminhadas à Secretaria Executiva para avaliação. Finalizada a apresentação, o Sr. Denis abriu a palavra para manifestação dos presentes. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de Andrade” (AAMHOR), questionou sobre o que se tratavam as bandeiras localizadas no canto superior direito do novo site. Em resposta, o Sr. Tiago Georgette esclareceu que a inclusão das bandeiras decorre de uma demanda anterior, voltada à disponibilização do site em múltiplos idiomas, com destaque para o inglês, considerado a língua universal. Foram

selecionadas quatro opções principais: português, inglês, espanhol — em razão do histórico de cooperação com iniciativas como o Eco-Cuencas e o Sustentare & Wipis, que reúnem mais de 4 mil participantes por ano — e francês, devido às parcerias com instituições da França, como no projeto realizado em 2023. Acrescentou que todas as imagens foram elaboradas sem a inserção de textos, com o objetivo de facilitar a tradução automática do conteúdo, garantindo melhor acessibilidade nas línguas disponibilizadas. Não havendo mais manifestações o Sr. Denis deu sequência ao próximo item de pauta. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e com autorização dos presidentes, o Sr. Denis agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.

(assinado digitalmente)

**MYLENA NASCIMENTO RODRIGUES
DE OLIVEIRA**

Presidente do CBH-PJ1 e Presidente em exercício
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

MARCO ANTONIO DOS SANTOS
Presidente em exercício do CBH-PCJ

(assinado digitalmente)

ADILSON RAMOS DE SOUZA
Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)

DENIS HERISSON DA SILVA
Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL